



Confluências Culturais

Revista Interdisciplinar

v. 13, n. 1: Patrimônio Industrial: Trabalho, Memória e Ambiente – 2024 – ISSN 2316-395X

PALESTRA

Uma perspectiva sobre o passado e o futuro do patrimônio industrial

José Manuel Lopes Cordeiro¹

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o honroso convite para proferir esta palestra de abertura e, ao mesmo tempo, felicitar o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville não só pela organização deste VI Enipac (Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural), mas também pela escolha da sua temática, que considero de grande importância e atualidade, consagrada ao “Patrimônio industrial: trabalho, memória e ambiente”.

Creio que será oportuno efetuar um breve balanço introdutório do caminho que, desde há quase sete décadas, o patrimônio industrial tem vindo a percorrer. Quando essa disciplina surgiu, em meados da década de 1950 – fruto das grandes transformações que o conceito de patrimônio cultural começava a registrar, com o seu progressivo e cada vez mais vertiginoso alargamento –, a sua validade como área de investigação foi questionada, uma vez que se dedicava a estudar um passado recente, para o qual existiam muitas outras fontes históricas, nomeadamente escritas, que dispensariam o recurso ao estudo dos vestígios materiais.

Como é conhecido, a disciplina surgiu com a denominação de “arqueologia industrial”, num artigo publicado em 1955 por Michael Rix, da Universidade de Birmingham, na revista *The Amateur Historian*, apelando à necessidade de se estudarem, se inventariarem e, nos casos mais significativos, se preservarem os sítios industriais dos séculos XVIII e XIX que tinham desempenhado um papel importante no processo de industrialização britânico e que então se encontravam ameaçados de desaparecimento (Rix, 1955).

As dúvidas sobre a validade da arqueologia industrial partiram, fundamentalmente, dos profissionais da arqueologia tradicional, fenómeno que se repetiu, alguns anos mais tarde, noutras latitudes, como foi o caso de Portugal. Os principais argumentos – chamemos-lhes assim – então evocados, não levando em consideração os aspectos corporativos que então também se encontravam presentes, diziam respeito ao fato, já referido, de existirem abundantes fontes escritas que dispensariam o estudo dos vestígios materiais para se obter a informação necessária, e também ao fato de a novel

¹ Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, Portugal. *E-mail*: jmlopes.cordeiro@gmail.com.

disciplina se apresentar com a denominação de “arqueologia”, até então apenas aceita para o estudo dos períodos mais remotos da História, para além de que grande parte da evidência física que constituía o seu objeto de estudo se encontrar acima do solo, por conseguinte dispensando o método, por definição, exclusivo da arqueologia – a escavação –, não fazendo sentido englobar a arqueologia industrial no campo da ciência arqueológica. Por palavras simples, a arqueologia industrial não era, ou não poderia ser, considerada arqueologia.

Já regressarei a essa questão da suposta ilegitimidade da arqueologia industrial, mas deixem-me primeiro referir um outro ponto, o da primazia britânica na utilização da expressão “arqueologia industrial”, que, não constituindo uma questão essencial, não deixa de ter algum interesse abordá-la. Na realidade, embora se considere o artigo de Michael Rix como o primeiro a apresentar uma perspectiva global da nova disciplina, já anteriormente – cinco anos antes – o belga René Evrard tinha utilizado a expressão “arqueologia industrial” (Evrard, 1950).

E, como vários trabalhos têm demonstrado, alguns deles recentemente, não apenas o português Francisco de Sousa Viterbo tinha utilizado essa expressão em 1896, num artigo então publicado na revista *O Arqueólogo Português* (Sousa Viterbo, 1896), como o francês Marie Pierre Le Pelletier de Saint Rémy também já a tinha empregado, no longínquo ano de 1842, na revista *Annales Maritimes et Coloniales*, entre muitos outros exemplos que podem ser citados para o século XIX (Ramos, 2019, p. 6). Também no Brasil, a expressão “arqueologia industrial” foi usada pela primeira vez no século XIX, mais concretamente em 1870, na revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, publicada no Rio de Janeiro pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Silva, 2019, p. 50-51).

Mas, talvez mais interessante do que fixar a cronologia da utilização da expressão “arqueologia industrial”, importa destacar outras iniciativas pioneiras, como a da criação no Brasil – também em 1870, mas infelizmente não concretizada – de um Gabinete de Arqueologia Industrial e Numismática, no âmbito da atividade da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Silva, 2019, p. 50-54). No caso de Portugal, encontramos algo absolutamente surpreendente, ou seja, o tombamento como “monumento histórico”, pelo governo português e pelas autoridades coloniais de Angola, em 28 de maio de 1925, dos vestígios ainda hoje existentes da Fundação de Nova Oeiras, estabelecida naquela antiga colônia portuguesa em 1767-72 (Alfagali, 2018), numa época em que as fábricas, e muito menos as suas ruínas, não tinham ainda adquirido o estatuto de monumento ou de patrimônio histórico e cultural.

Regressando às efêmeras tentativas de negar o papel da arqueologia industrial como uma estratégia de investigação válida para conhecer o passado recente, os obstáculos foram rapidamente removidos a partir do momento em que se tornaram conhecidos os argumentos de Grahame Clark, um arqueólogo clássico que num livro seu publicado em 1957 tinha salientado que

os métodos arqueológicos podem ser eficazmente aplicados a qualquer fase ou aspecto da história que se apresente insuficientemente documentado por testemunhos escritos, mesmo que se situe num passado muito recente; é que a arqueologia existe, não apenas para preencher lacunas nos documentos, mas também para verificar a sua autenticidade e para os confirmar (Clark, 1966, p. 14).

No que respeita, no entanto, ao argumento da suficiente existência de fontes escritas que dispensaria o recurso à análise dos vestígios materiais da industrialização para se compreenderem as transformações provocadas pelo surgimento desse processo histórico, importa sublinhar que, de fato, as fontes escritas eventualmente disponíveis estão em

muitos casos longe de nos proporcionar uma informação suscetível de responder a todas as questões necessárias à sua cabal compreensão. Por exemplo, as fontes escritas relativas às condições de vida e de trabalho de grupos sociais surgidos com a industrialização, como o operariado, são muitas vezes escassas e, ocasionalmente, se apresentam de forma distorcida, não traduzindo de modo algum a realidade então existente. É evidente que se pode, e deve, efetuar uma crítica das fontes, a fim de determinar o seu verdadeiro valor, da qual nenhum investigador prescindirá. A utilização do método arqueológico, contudo, apresenta-se, nesse caso, com uma nítida vantagem, possibilitando uma apreensão mais exata e pormenorizada das reais condições de vida daqueles grupos sociais, como o demonstra, por exemplo, o já clássico estudo arqueológico de Stephen A. Mrozowski e Mary C. Beaudry sobre as condições de vida do operariado da Boott Cotton Mills de Lowell, no estado norte-americano de Massachusetts (Mrozowski; Beaudry, 1996), ou o mais recente estudo de Michael P. Roller (2018), sobre a vida em uma cidade carbonífera norte-americana dos séculos XIX e XX, revelando-nos a história particular das suas comunidades, ao mesmo tempo em que elucida as diversas formas de violência estrutural que moldaram o século XX de forma mais ampla. Assim, o livro contribui para um importante debate teórico sobre

a forma como a racialização e o trabalho, o capitalismo e o consumismo, e a herança e a suburbanização quebraram formas coletivas de vida e criaram indivíduos modernos suscetíveis à exploração (Caraher, 2023).

É também importante sublinhar que “as fontes escritas têm de ser encaradas apenas como uma vantagem, e não como uma alternativa ao estudo do período industrial” (Palmer, 1990, p. 277), ou, numa perspectiva inversa,

o valor do testemunho arqueológico como meio de informação sobre a história humana varia numa proporção inversa à da quantidade e natureza das fontes documentais tomadas no sentido lato (Clark, 1966, p. 15).

Por conseguinte, em arqueologia industrial nem sempre a escavação é a estratégia mais adequada a desenvolver, pois podemos obter, com maior ou menor facilidade, uma boa parte da informação de que necessitamos mediante recurso a outro tipo de fontes. É possível analisar todos os vestígios materiais do passado, ainda que de um passado recente, por uma perspectiva arqueológica. Todo o passado tem uma leitura arqueológica e esta pode desempenhar um papel determinante para a compreensão de aspectos menos esclarecidos, para colocar novas questões e lançar pistas para novas investigações, para sugerir novas interpretações ou simplesmente para confirmar aquilo que nos dizem as fontes escritas. Deve-se, no entanto, estar consciente dos riscos a evitar, dado que “uma arqueologia demasiado dependente das fontes escritas se torna *ilustrativa* em vez de ser explorativa e explicativa” (Moberg, 1981, p. 156).

A década de 1960 será determinante para o futuro desenvolvimento da arqueologia industrial. No Reino Unido, após em 1959 o Council for British Archaeology ter criado o Industrial Archaeological Research Committee, com o objetivo de a integrar na atividade que vinha desenvolvendo desde o pós-Guerra, a arqueologia industrial tornou-se extraordinariamente popular, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas, resultante das destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial – cujos alvos estratégicos eram, frequentemente, as unidades industriais –, e pela posterior reconversão econômica e urbanística, que se prolongou até os primeiros anos da década de 1960. É nessa época que surge um autêntico movimento associativo em torno da

arqueologia industrial, com a formação de inúmeras associações locais e regionais de voluntários, as quais foram também criadas no meio universitário. A sua atividade não só popularizou a arqueologia industrial no seio da sociedade britânica como foi responsável pelos primeiros estudos e inventários do patrimônio industrial do Reino Unido.

A questão do inventário do patrimônio industrial constituiu uma prioridade, tendo para tal muito contribuído o apoio prestado pelo Council for British Archaeology, que então elaborou um modelo de ficha de registro para ser utilizada com esse objetivo e a distribuiu pelas associações e grupos de voluntários em todo o Reino Unido. O registro consistia, normalmente, numa descrição resumida do sítio, englobando no verso cópias de mapas antigos ou fotografias, e era acompanhado de medições detalhadas no local, desenhos e fotografias das condições em que o sítio ou a estrutura se encontrava. O enorme volume de informação resultante desse trabalho – cerca de 20 mil fichas obtidas num período de dois anos – levou à constituição, em 1963, de um organismo específico, o National Record of Industrial Monuments, como um arquivo central para as fichas de registro que foram efetuadas. Diversos balanços da atividade desse período inicial, efetuados a partir dos anos 1980, apontam essencialmente para dois tipos de dificuldades que, na época, não foi possível ultrapassar. A primeira considera que, de um modo geral, o resultado do trabalho de inventário realizado no período de 1963-1981 apresentava um diminuto nível de qualidade, cujas razões tinham a ver mais com a complexidade de muitos dos sítios – que não podiam ser registrados de uma forma simplista – do que com as competências dos autores. A segunda apreciação crítica ao trabalho realizado naquela primeira fase (particularmente aquele que foi desenvolvido durante a década de 1960) salientava a quase total ausência de um enquadramento teórico dos sítios e monumentos estudados e inventariados. De fato, e não obstante os avanços então registrados, a arqueologia industrial tinha

negligenciado quase toda a teoria com base num determinado entendimento, errado, de que poderia compreender os vestígios materiais da sociedade industrial prescindindo de um enquadramento específico, do ponto de vista metodológico ou interpretativo (Grant, 1987, p. 117).

Não é surpreendente, por conseguinte, o fato de que em 1962, quando as autoridades ferroviárias britânicas decidiram demolir o Euston Arch (um pórtico neoclássico do *terminus* londrino do North Western Railway concebido por Philip Hardwick, na estação principal da linha ferroviária Londres-Birmingham, construído em 1838), tenha se desencadeado na sociedade britânica um fortíssimo movimento em defesa da manutenção daquele pórtico. Foi, provavelmente, a primeira vez que a opinião pública de um país se mobilizou a favor da defesa de uma estrutura de patrimônio industrial, tentando evitar a sua demolição, desiderato ao qual, infelizmente, as autoridades ferroviárias não foram sensíveis. Pode dizer-se, sem risco de exagero, que o patrimônio industrial está associado a uma novidade – a participação da sociedade civil na defesa do patrimônio –, o que até então não constituía propriamente uma preocupação generalizada. Pelo contrário, tudo o que estava associado à indústria – não nos esqueçamos dos *dark satanic mills* – era visto como negativo, responsável pela poluição, não descurando as duras realidades sociais a que a industrialização estava associada. Mas, como diria então um célebre filósofo norte-americano de nome Bob Dylan, “The times they are a changin” (1964), e estavam mesmo.

Um outro aspecto que importa realçar nesse início da década de 1960 foi o surgimento de uma abundante literatura relacionada com a arqueologia industrial. Muitas dessas publicações – sob a forma de boletins e de brochuras – foram da responsabilidade das associações atrás referidas, traduzindo o trabalho que vinham

desenvolvendo, mas encontramos também o surgimento da primeira revista acadêmica consagrada à arqueologia industrial. Criada em 1964 por iniciativa de Kenneth Hudson – um incansável divulgador do patrimônio industrial – com a denominação de *The Journal of Industrial Archaeology*, a revista representou um passo fundamental para a afirmação e credibilização científica dessa nova área disciplinar. O desenvolvimento que registrou ao longo da década de 1960 teria de provocar, naturalmente, uma reflexão sobre o seu objeto, a sua metodologia e a sua área de intervenção, que começam a ser definidos com mais rigor e fundamento. Assistimos, então, a uma clarificação de conceitos, que se traduziu na definição de uma disciplina arqueológica (a arqueologia industrial) e uma outra disciplina, que passou a denominar-se patrimônio industrial. A arqueologia industrial constitui um método interdisciplinar que estuda os vestígios materiais do processo de industrialização, utilizando os métodos de investigação próprios da arqueologia. O patrimônio industrial compreende igualmente os vestígios materiais da industrialização, com valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico, estudando-os com base em múltiplas perspectivas e preferencialmente de forma interdisciplinar. Por conseguinte, a partir do fim da década de 1960, começaram a ser publicados estudos que abordam os vestígios materiais da industrialização na perspectiva do patrimônio industrial, dos quais um dos primeiros a utilizar tal denominação constitui um estudo sobre o patrimônio industrial da capital britânica, *London's Industrial Heritage*, de Aubrey Wilson, publicado em 1967 pela David & Charles, uma editora que, precisamente, desempenhou um papel pioneiro na divulgação do patrimônio industrial. O surgimento do conceito de patrimônio industrial insere-se, igualmente, no processo de alargamento do conceito de patrimônio cultural que marcou essa época.

Na primeira metade da década de 1970 registra-se o que poderemos classificar por um novo salto qualitativo na área da arqueologia e do patrimônio industrial, agora já inteiramente diferenciados, embora a denominação “arqueologia industrial” ainda persista para designar genericamente essa área. Concretamente, no início dessa década são organizadas no Reino Unido as primeiras conferências nacionais sobre arqueologia industrial, as British Conference on Industrial Archaeology, em Bradford em 1971 e em Glasgow em 1972, a que se seguiu a constituição, no ano seguinte, da Association for Industrial Archaeology, no Reino Unido, e da Society for Industrial Archaeology, nos Estados Unidos da América, que desde então são as duas mais reputadas entidades científicas no domínio da arqueologia industrial, como facilmente se pode constatar pela atividade que desenvolvem e, em particular, pela qualidade das revistas que cada uma delas publica. Ainda nesse ano de 1973, realizou-se em Attingham Park, no Shropshire, Reino Unido, o I Congresso Internacional sobre Conservação de Monumentos Industriais, que a partir de então passou a ser organizado trianualmente, e na sua terceira edição, em 1978, na Suécia, se transformou no The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Ticcih), que hoje todos conhecemos.

Até então, o interesse pela arqueologia e pelo patrimônio industrial encontrava-se circunscrito aos países do centro e norte da Europa, incluindo alguns países do então Leste Europeu, e aos Estados Unidos da América. No final dos anos 1970 e início da nova década, registrou-se um alargamento para os países da Europa do sul, a Itália e a França, tendo sido organizado nesta última, em 1981, em Lyon e Grenoble, a 4.^a edição do Congresso do Ticcih, seguindo-se posteriormente a Espanha (1992) e a Grécia (1997), tendo Portugal organizado vários encontros temáticos do Ticcih, entre os quais o realizado em 2007 sobre “A água em contexto urbano (séculos XVIII-XX)”. Na década seguinte o Ticcih alargou a sua atividade à América Latina, com a organização em Puebla (México), em 1995, do I Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, que em 2012 conheceu a sua 6.^a edição no Brasil, em São Paulo, e que nesse preciso momento registra a sua 10.^a edição, novamente no México, em

Monterrey. Também na Ásia, em 2012, em Taipé (Taiwan), se organizou o XV Congresso Internacional do Ticcih, anteriormente precedido por um encontro temático no Japão.

Como podemos facilmente constatar, em pouco mais de meio século, a arqueologia e o patrimônio industrial globalizaram-se, despertando cada vez um maior interesse por parte de investigadores de diversas áreas, como evidenciado pelo volume de bibliografia anual sobre essa temática. Para além disso, em inúmeros países o patrimônio industrial passou também a constituir matéria de atenção e preocupação por parte das entidades e organismos com responsabilidade e intervenção na área do patrimônio cultural, sucedendo o mesmo com entidades internacionais como, entre outros, o Conselho da Europa e o Icomos/Unesco. Quanto a esta última, importa salientar a meteórica ascensão do patrimônio industrial na Lista do Patrimônio da Humanidade. Até 1978 nenhum sítio de patrimônio industrial tinha sido incluído na Lista do Patrimônio da Humanidade da Unesco. Foi nesse ano que, pela primeira vez, foram incluídas as Minas de Sal de Wieliczka, na Polónia, não tanto na sua qualidade de patrimônio industrial, mas fundamentalmente pela importância e significado do ponto de vista artístico da capela de Santa Cunegunda, a denominada catedral de sal, que constitui a maior igreja subterrânea do mundo. Só a partir de 1986, com a inscrição do Desfiladeiro de Ironbridge, no Reino Unido, onde se localiza a primeira ponte metálica do mundo, construída em 1779, e a partir de então até hoje, praticamente todos os anos, foram inscritos mais de sete dezenas de sítios de patrimônio industrial e, por vezes, mais do que um, num ano. Nas últimas décadas, o patrimônio industrial é uma das categorias patrimoniais que mais vezes têm sido inscritas na Lista do Patrimônio da Humanidade, englobando sítios de praticamente todos os continentes. A esse respeito, aguarda-se com expectativa que Paranapiacaba venha rapidamente a integrar a Lista do Patrimônio da Humanidade, pois constitui um dos mais importantes sítios patrimoniais ferroviários a nível mundial.

Um dos aspectos mais importantes relacionados com o patrimônio industrial, que marcou o início do novo milênio, traduziu-se no surgimento de um conjunto de quatro cartas patrimoniais, consagradas a diferentes realidades e tipos de patrimônio industrial. Em julho de 2003 surgiu a Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial, que adotou o nome da cidade russa onde decorrerá uma parte do Congresso do Ticcih, no final do qual foi apresentada, e que constituiu o primeiro texto internacional sobre esse tipo de patrimônio. Aprovada também no âmbito da atividade de uma entidade associativa – a Federação Europeia dos Caminhos de Ferro Turísticos e Históricos (Fedecrail) –, em abril de 2005 foi divulgada a Carta de Riga (para o Patrimônio Ferroviário), com vista a criar um código de conduta para a salvaguarda, o restauro e a exploração dos caminhos de ferro turísticos e patrimoniais. Em novembro de 2006, os participantes do XXVI Simpósio Internacional para a Conservação do Patrimônio Monumental, organizado pelo Icomos Mexicano, aprovaram a Carta de Monterrey sobre Conservação do Patrimônio Industrial, que adotou o nome da cidade onde teve lugar o simpósio. Finalmente, em outubro de 2007, igualmente no âmbito das Jornadas sobre o Patrimônio Industrial Mineiro, e adotando o nome da comarca a que pertence a cidade onde decorreu (El Bierzo, na província de León, na Espanha), foi aprovada a Carta de El Bierzo para o Patrimônio Industrial Mineiro.

Na impossibilidade de abordarmos aqui o conteúdo dessas quatro cartas na sua totalidade, referiremos apenas um aspecto importante da Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio Industrial, que foi o fato de vir ao encontro da necessidade de sistematizar os conceitos de arqueologia e patrimônio industrial, apontando igualmente alguns dos requisitos que definem as boas práticas de intervenção nessas áreas. Ao longo dos vinte anos da sua existência, completados há pouco, a Carta de Nizhny Tagil prestou inestimáveis serviços à causa do patrimônio industrial, mas tal não impede que atualmente se encontre num processo de revisão, tendo em vista as alterações e

a complexidade de intervenção nos sítios de patrimônio industrial existentes a nível mundial e que atualmente se colocam.

Ainda no que respeita a cartas patrimoniais, importa destacar os “Princípios comuns do Icomos-Ticcih para a conservação de sítios, estruturas, áreas e paisagens de patrimônio industrial”, conhecidos por “Os princípios de Dublin”, aprovados na 17.^a Assembleia Geral do Icomos, realizada na capital da Irlanda em novembro de 2011, e que, para além de traduzirem a crescente colaboração entre o Ticcih e o Icomos, definem parâmetros para documentar e compreender as estruturas e os complexos de patrimônio industrial, bem como os sítios, as áreas e as paisagens industriais, incluindo os seus diversos valores, apontando a necessidade da sua proteção e conservação.

Como é fácil de constatar, são múltiplos os aspectos relacionados com a intervenção nas áreas da arqueologia e do patrimônio industrial. Gostaria, no entanto, de concluir esta palestra de abertura do VI Enipac salientando dois deles, que me parecem de particular importância e atualidade.

O primeiro diz respeito à antropologia. Por razões que têm a ver com o próprio desenvolvimento da arqueologia industrial desde a década de 1950, e que são naturais e compreensíveis, a ênfase dos trabalhos então desenvolvidos nessa área foi frequentemente colocada na questão da tecnologia – das inovações e das transferências tecnológicas –, nas tipologias arquitetônicas, nos aspectos relacionados com a implantação das fábricas e do urbanismo, na evolução das paisagens industriais, nos equipamentos e processos produtivos etc. Podemos, de fato, estudar todos esses elementos, mas tal não nos deve impedir que aquilo que na realidade é fundamental seja também estudado. Ou seja, não são “as coisas, mas sim os homens e as relações sociais, a partir dos seus meios materiais de subsistência e produção” (Carandini, 1984, p. 249) que devem também ser estudados, uma perspectiva corroborada por outros autores, os quais salientaram que

a maior parte do trabalho realizado nesta área concentrou-se mais na explicação arqueológica do desenvolvimento das tecnologias do que nos parâmetros sociais e culturais do desenvolvimento industrial (Johnson, 1996, p. 12).

No entanto, por uma questão de rigor e de justiça, importa referir que o próprio Michael Rix, o “inventor da moderna arqueologia industrial”, na versão ampliada e revista do seu estudo pioneiro de 1955, referiu precisamente que “por trás de todos os seus aspectos estão as pessoas, os inventores, os donos das usinas, os engenheiros, os operários, e é preciso tê-los sempre em mente” (Rix, 1967, p. 20).

Nas últimas décadas, os aspectos social e humano nos trabalhos sobre a arqueologia e o patrimônio industrial têm vindo a ser destacados. Um dos exemplos bem-sucedidos nessa matéria realizou-se há alguns anos, no âmbito do programa Raphael da Comissão Europeia, envolvendo uma colaboração inovadora entre museus industriais de quatro países europeus – o Landschaftsverband Rheinland, Rheinisches Industriemuseum, em Solingen (Alemanha), o Ekomuseum Bergslagen (Suécia), o Museu da Cortiça de Palafrugell (Catalunha, Espanha) e o Ecomuseu Municipal do Seixal (Portugal) – que desenvolveram um projeto intitulado “As pessoas são a verdadeira história”, com o objetivo não apenas de preservar e divulgar o patrimônio industrial da indústria corticeira existente nas respectivas regiões, mas também abordar, sobretudo no caso da Catalunha e de Portugal, as dimensões sociais e as expressões socioculturais específicas relacionadas com as experiências de vida dos trabalhadores daquela indústria.

O segundo aspecto que me parece ser de sublinhar tem a ver com o fenómeno da desindustrialização, uma realidade que nas últimas décadas marcou e continua a marcar a economia e a sociedade de inúmeros países. A questão que se coloca é a seguinte: o que o estudo da desindustrialização proporciona ao campo de investigação e do estudo

global do patrimônio industrial? Essa é uma temática relativamente recente e, no caso de Portugal, estamos ainda a dar os primeiros passos. Com o objetivo de atrair a atenção para a importância e necessidade de se estudarem os processos de desindustrialização, no seu relacionamento com a salvaguarda do patrimônio industrial, a Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial/Ticcih Portugal consagrou o último número da sua revista *Arqueologia Industrial* a esse assunto, com a publicação de um número especial temático que teve como editores convidados o professor Steven High, da Concordia University, em Montreal, e a arquiteta Maria Beatriz Andreotti, que recentemente se doutorou na Université du Québec, também em Montreal.

A edição desse número da revista insere-se num projeto de investigação transnacional, denominado Desindustrialização e a Política do Nosso Tempo (DePOT, deindustrialization.org) – do qual o professor Steven High é o coordenador principal –, que reúne cerca de uma centena de investigadores, bem como sindicatos, arquivos do mundo do trabalho, museus industriais e outras organizações patrimoniais, como o Ticcih Financiado pelo Conselho de Investigação em Ciências Sociais e Humanas do Canadá, tem a duração prevista de sete anos e procura compreender melhor a desindustrialização por meio de uma perspectiva transnacional e comparativa, examinar as suas raízes históricas, as experiências vividas de desindustrialização, assim como as suas causas, respostas, efeitos e legados.

Gostaria ainda de abordar um fator relacionado com o patrimônio industrial que tem vindo a assumir uma importância crescente: o turismo industrial, ou seja, o turismo com base na exploração do patrimônio industrial e na visita a instalações industriais em funcionamento. Particularmente na Europa, mas na realidade em todos os continentes, o turismo industrial tem vindo a atrair a atenção dos governos, das empresas e, é claro, dos defensores do patrimônio industrial. Bem explorado, o turismo industrial poderá constituir uma excelente oportunidade para a salvaguarda e valorização do patrimônio industrial. Entre os inúmeros exemplos que poderíamos apresentar, destacamos o principal projeto que se encontra em curso na Europa, o European Route of Industrial Heritage (ERIH), que em 2020 passou a constituir um dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa. Também em Portugal se encontra em curso a constituição de uma Rede de Turismo Industrial, com o envolvimento do Turismo de Portugal, um organismo governamental, e no qual a nossa Associação, a APPI/Ticcih Portugal, é uma das entidades participantes. Na América do Sul encontramos também várias iniciativas no âmbito do turismo industrial, nomeadamente no Brasil e aqui bem próximo, em Blumenau, e também em São Bernardo do Campo, embora, tanto quanto sei, em ambos os casos apenas integrando o segmento de visita a empresas e não contemplando o patrimônio industrial propriamente dito.

Entrando na conclusão desta palestra, creio poder deduzir-se que a arqueologia e o patrimônio industrial, disciplinas recentes surgidas há pouco mais de meio século, e embora utilizando metodologias diferentes, ambas consagradas ao estudo dos vestígios da industrialização no seu sentido mais amplo, não se têm limitado aos aspectos estritamente relacionados com a indústria moderna, mas também com as implicações que o seu surgimento provocou na sociedade, em múltiplos níveis, evoluindo no sentido de se tornarem áreas de investigação simultaneamente complexas e desafiantes. É exemplo disso a recente inscrição na sua agenda de temas considerados controversos, como o colonialismo e o imperialismo, ou a questão da história de gênero.

É forçoso, no entanto, reconhecer que em muitos lugares a arqueologia e o patrimônio industrial ainda são pouco estudados. E, não obstante o reconhecimento obtido em inúmeras instâncias internacionais, como a Unesco e o Conselho da Europa, o patrimônio industrial ainda é pouco protegido. Essa é uma realidade que, infelizmente, se encontra muito “democratizada”, ou seja, ocorre um pouco por todo o globo. Para aquela

categoria sociológica conhecida por “o homem da rua”, o patrimônio industrial ainda não alcançou o nível de importância e de reconhecimento que existe, por exemplo, para os monumentos de épocas mais remotas. As publicações recentes, como por exemplo o impressionante e exaustivo estudo do patrimônio industrial da China, publicado por colegas da Universidade de Tianjin, o aumento do interesse público e, em particular, iniciativas como este encontro seguramente contribuem muito positivamente para a desejada alteração dessa situação. É esse o objetivo que nos norteia.

REFERÊNCIAS

ALFAGALI, Crislayne. **Ferreiros e fundidores da Ilamba**. Uma história social da fabricação de ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do séc. XVIII). Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018.

CARAHER, William. An archaeology of structural violence: life in a twentieth-century coal town. **Historical Archaeology**, 2023. DOI: 10.1007/s41636-023-00457-5.

CARANDINI, Andrea. **Arqueología y cultura material**. Barcelona: Editorial Mitre, 1984. Publicação da obra original em 1979.

CLARK, Grahame. **Arqueologia e sociedade: reconstituição do passado pré-histórico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1966. Publicação da obra original em 1957.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. O património industrial e as novas cartas patrimoniais: Nizhny Tagil, Riga, Monterrey e El Bierzo. **Arqueologia Industrial**, 4.^a série, v. 5, n. 1-2, p. 73-97, 2009.

EVRARD, René. Une belle découverte d'archéologie industrielle: le Fourneau Saint-Michel. **Les Vennes**, Liège, v. 14, n. 10, p. 4-5, 1950.

GRANT, Eric G. Industry: landscape and location. In: WAGSTAFF, John Malcolm (ed.). **Landscape and culture: geographical and archaeological perspectives**. Oxford: Blackwell, 1987. p. 96-117.

JOHNSON, Matthew. **An archaeology of capitalism**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

MOBERG, Carl-Axel. **Introdução à arqueologia**. Lisboa: Edições 70, 1981. Publicação da obra original em 1969.

MROZOWSKI, Stephen; BEAUDRY, Mary. **Living on the Boott**: historical archaeology at the Boott Mills Boardinghouses of Lowell, Massachusetts. Amherst: University of Massachusetts Press, 1996.

PALMER, Marilyn. Industrial archaeology: a thematic or a period discipline? **Antiquity**, Cambridge, v. 64, n. 243, p. 275-282, 1990.

RAMOS, Paulo Oliveira. The first use of the term “industrial archaeology”. **Ticcih Bulletin**, n. 83, p. 5-6, 2019.

RIX, Michael. Industrial archaeology. **The Amateur Historian**, London, v. 2, n. 8, p. 225-229, 1955.

RIX, Michael. **Industrial archaeology**. London: Historical Association, 1967.

ROLLER, Michael P. **An archaeology of structural violence: life in a twentieth-century coal town**. Gainesville: University Press of Florida, 2018.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. A arqueologia industrial no Brasil: uma breve historiografia. **Arqueologia Industrial**, V. N. Famalicão, 5.^a série, v. 1, n. 1-2, p. 48-69, 2019.

SOUSA VITERBO, Francisco. Arqueologia industrial portuguesa – os moinhos. **O Arqueólogo Português**, Lisboa, v. 2, n. 8-9, p. 5-16, 1896. Reedição fac-sim., em separata, com prefácio de José Manuel Lopes Cordeiro, publicada pela Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, Guimarães, 1986.

WILSON, Aubrey. **London's Industrial Heritage**. Newton Abbot (Devon): David & Charles, 1967.